



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

HELEN ALVES DA SILVA

**REFERENCIAL TEÓRICO CURRICULAR DE ALAGOAS E O COMPONENTE
CURRICULAR GEOGRAFIA: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O CONCEITO DE
MEIO AMBIENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Maceió
2024



HELEN ALVES DA SILVA

**REFERENCIAL TEÓRICO CURRICULAR DE ALAGOAS E O COMPONENTE
CURRICULAR GEOGRAFIA: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE CONCEITOS DE
MEIO AMBIENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL
ANOS INICIAIS**

Artigo científico apresentado como exigência parcial para
a conclusão do Curso de Pedagogia do Centro de
Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Orientadora: DR^a LUÍZA CRISTINA SILVA SILVA

Maceió
2024

HELEN ALVES DA SILVA

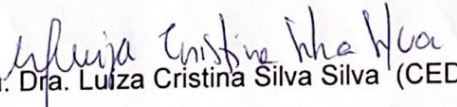
**O REFERENCIAL TEÓRICO CURRICULAR DE ALAGOAS E O COMPONENTE
CURRICULAR GEOGRAFIA: uma investigação sobre conceitos de meio ambiente
na educação infantil e no ensino fundamental**

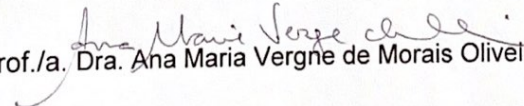
Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

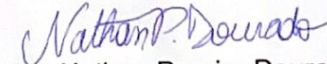
Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 26/11/2024.

Orientador/a: Profa. Dra. Luíza Cristina Silva Silva (CEDU/UFAL)

Comissão Examinadora


Prof./a. Dra. Luíza Cristina Silva Silva (CEDU/UFAL)
Presidente


Prof./a. Dra. Ana Maria Vergne de Moraes Oliveira (CEDU/UFAL)
2º. Membro


Prof./ M.e. Nathan Pereira Dourado (UFBA)
3º. Membro

REFERENCIAL TEÓRICO CURRICULAR DE ALAGOAS E O COMPONENTE CURRICULAR GEOGRAFIA: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE CONCEITOS DE MEIO AMBIENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Helen Alves da Silva
helen.alves@cedu.ufal.br

Luíza Cristina Silva SILVA
luiza.silva@cedu.ufal.br

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo analisar como o Referencial Teórico Curricular de Alagoas para o Ensino Fundamental e o Referencial Teórico Curricular de Alagoas para a Educação Infantil acionam o conceito de Meio Ambiente no componente curricular geografia. O problema de pesquisa que orientou a investigação consiste na maneira pela qual os referidos documentos curriculares conceituam e propõem a categoria teórica e pedagógica meio ambiente no componente curricular geografia. A metodologia do trabalho foi baseada numa abordagem qualitativa, com análise documental, com o objetivo de investigar e analisar os documentos. O referencial teórico está articulado com Callai (2003), Cavalcanti (2012) e Castelar (2010). O argumento desenvolvido ao longo do trabalho fundamenta-se na importância de o currículo escolar estar articulado em uma base crítica e reflexiva fundamentada no saber geográfico na relação com o meio ambiente. Identifica-se assim, a importância da construção da cidadania através da interdisciplinaridade a partir de concepções pedagógicas libertadoras frente às demandas e adversidades do mundo globalizado.

PALAVRAS-CHAVE: Meio ambiente; Currículo; Educação Geográfica; Geografia Escolar.

1 INTRODUÇÃO

Há discussões presentes acerca da temática ambiental durante o século XX que conforme Lima (2011) foi o momento histórico que o mundo conheceu o potencial das destruições ao meio ambiente através das disputas de poder como a guerra fria, a corrida armamentista e a repartição geopolítica do mundo, ou seja, degradações ambientais causadas por disputas de domínio geopolítico, água, gás natural, petróleo, por exemplo, transformando a natureza em mercadoria.

Nos tempos atuais, com o avanço da ciência e o seu domínio pelo capitalismo globalizado, o aumento do consumo exacerbado e imprudente demanda recursos naturais em escalas insustentáveis para o nosso planeta, gerando desequilíbrios

ambientais significativos. De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), Artigo nº 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações.

Partindo deste ponto, busca-se investigar o conceito de meio ambiente e como essa temática é abordada no componente curricular geografia nos documentos: Referencial Teórico Curricular de Alagoas para a Educação Infantil (RCNEI) de 2019; e Referencial Teórico Curricular de Alagoas para o Ensino Fundamental (ReCAL) de 2019.

A investigação parte-se de uma perspectiva crítica dos processos contemporâneos e sociais a partir da compreensão dos efeitos da sociedade neoliberal capitalista na relação com a educação, currículo e sociedade. Objetivando, pois, analisar os documentos orientadores para a educação de Alagoas e compreender a perspectiva de meio ambiente diante do componente curricular geografia nos documentos. Para isso, a definição da metodologia adotada foi a análise documental com caráter qualitativo.

Esta metodologia foi adotada para que seja coerente e se conecte aos objetivos levantados a partir da seguinte problemática científica: **“Como o referencial teórico curricular de alagoas para a educação infantil e o referencial teórico curricular de alagoas para o ensino fundamental acionam o conceito de meio ambiente no componente curricular geografia?”**.

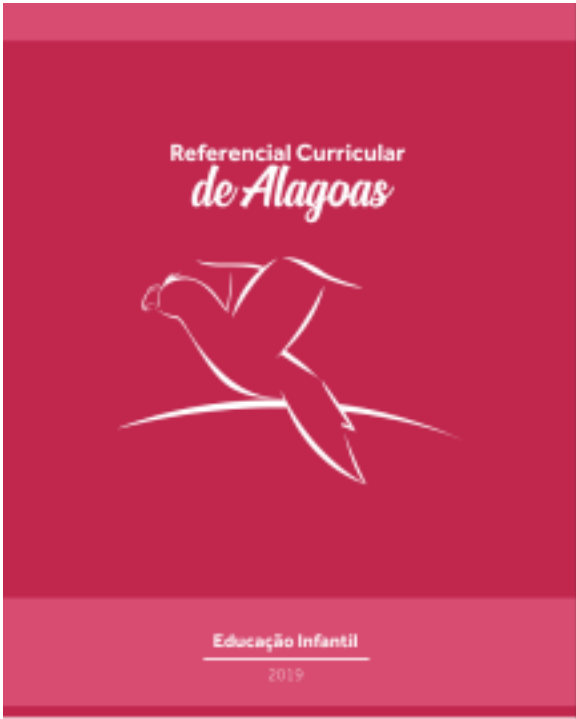
Portanto, partimos da análise documental (SÁ SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009) com caráter qualitativo para pesquisar nos documentos o componente curricular geografia, a partir do conceito de meio ambiente. Ademais, por meio da análise bibliográfica (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), associamos o componente curricular de geografia e o conceito de meio ambiente.

2. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS ANALISADOS

Os documentos analisados são o Referencial Teórico Curricular de Alagoas Para o Ensino Fundamental e o Referencial Teórico Curricular de Alagoas para a

publicada pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) no ano de 2019. Visualmente, ambos os documentos compartilham de uma capa semelhante, mudando apenas a cor, conforme as imagens abaixo:

Quadro 1 - Capa Referencial Curricular de Alagoas para Educação Infantil e Referencial Curricular de Alagoas para o Ensino Fundamental

CAPA - Referencial Curricular de Alagoas para Educação Infantil	CAPA - Referencial Curricular de Alagoas para o Ensino Fundamental
	

Fonte: Adaptado de Referencial Curricular de Alagoas para o Ensino Fundamental, 2019.

Nos documentos constam a apresentação do território Alagoano, depois estão listadas as dez competências gerais da educação básica (iguais nos dois documentos). Os documentos diferem-se na divisão em etapas da educação básica: em ensino fundamental anos iniciais e anos finais, que vão descrever as competências específicas para cada etapa do ensino. Seguem figuras que

apresentam os modelos de organizadores curriculares apresentados no documento:

Quadro 2 - ORGANIZADOR CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

6

ORGANIZADOR CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL - Referencial Curricular de Alagoas para Educação Infantil		
4. ORGANIZADOR CURRICULAR		
O EU, O OUTRO E O NÓS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO		
BEBÊS (zero a 1 ano e 6 meses)	CRIANÇAS BEM PEQUENAS (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	CRIANÇAS PEQUENAS (4 anos a 5 anos e 11 meses)
(EI01EO01) Perceber que suas ações têm efeitos nas outras crianças e nos adultos.	(EI02EO01) Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos.	(EI03EO01) Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.

Fonte: Adaptado de Referencial Curricular de Alagoas para Educação Infantil. p.83, 2019.

Acima a divisão das etapas na educação infantil e abaixo, do ensino fundamental.

Quadro 3 - ORGANIZADOR CURRICULAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL (Ex:1ºAN0)

ORGANIZADOR CURRICULAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL (Ex:1ºAN0) - Referencial Curricular de Alagoas para o Ensino Fundamental

7

Unidade Temática	Objeto De Conhecimento	Habilidades	Desdp - Desdobramentos Didáticos Pedagógicos
O SUJEITO E SEU LUGAR NO MUNDO	O modo de vida das crianças em diferentes lugares	(EF01GE01) Descrever características observadas de seus lugares de vivência (moradia, escola etc.) e identificar semelhanças e diferenças entre esses lugares.	Descrever as características dos espaços de moradia e vivência em diferentes ambientes locais (apartamento, casas entre o campo e a cidade). Investigar as fontes de recursos naturais locais dos materiais usados nas construções (noção de matéria-prima);
		(EF01GE02) Identificar semelhanças e diferenças entre jogos e brincadeiras de diferentes épocas e lugares.	Valorizar o saber local na produção de objetos na construção de brinquedos.
	Situações de convívio em diferentes lugares	(EF01GE03) Identificar e relatar semelhanças e diferenças de usos do espaço público (praças, parques) para o lazer e diferentes manifestações.	Identificar e nomear os diferentes usos dos espaços de vivência (casa residencial, escola, espaço público/privado, bairro de uso coletivo, comércio, praça, rua etc.).
		(EF01GE04) Discutir e elaborar, coletivamente, regras de convívio em diferentes espaços (sala de aula, escola etc.).	Elaborar regras de convívio para ser usado em sala de aula; Relatar como se dão as regras de convívio em casa.
	Ciclos naturais e a vida cotidiana	(EF01GE05) Observar e descrever ritmos naturais (dia e noite, variação de temperatura e umidade etc.) em diferentes escalas espaciais e temporais, comparando a sua realidade com outras.	Comparar e registrar as características do dia de hoje com o de ontem, por exemplo, no que diz respeito à temperatura, claridade, umidade, auxilia o estudante a compreender a temporalidade dos acontecimentos. Observar através de infográficos a percepção do tempo (dia, noite, calor e frio).
MUNDO DO TRABALHO	Diferentes tipos de trabalho existentes no seu dia a dia	(EF01GE06) Descrever e comparar diferentes tipos de moradia ou objetos de uso cotidiano (brinquedos, roupas, mobiliários), considerando técnicas e materiais utilizados em sua produção.	Identificar tipos de trabalhos e profissões e sua representação em diferentes materiais (folders, livros, fotos na internet etc.);
		(EF01GE07) Descrever atividades de trabalho relacionadas com o dia a dia da sua comunidade.	Apoiar o estudante em investigação sobre os materiais usados em construções e suas origens por meio de seleção e observação de figuras, passeios nas proximidades da escola fazendo perguntas e objetos (escolher um objeto acessível na região, como, exemplo tijolos ou barro, palha de coqueiros); Pesquisar formas de trabalho na construção de moradias (ouvindo narrativas de construtores, pessoas que construíram suas próprias casas etc.);
	Formas de representação e pensamento espacial	(EF01GE08) Criar mapas mentais e desenhos com base em itinerários, contos literários, histórias inventadas e brincadeiras.	Mostrar representações das construções feitas por diferentes povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos de Alagoas, do Nordeste e do Brasil e conversar sobre as diferenças e semelhanças;
		(EF01GE09) Elaborar e utilizar mapas simples para localizar elementos do local de vivência, considerando referências espaciais (frente e atrás, esquerda e direita, em cima e embaixo, dentro e fora) e tendo o corpo como referência.	Criar situações onde as crianças possam participar em conversas coletivas sobre os tipos de moradias do entorno da escola, quanto à forma, tamanho e materiais, para produzir desenhos a partir da apreciação das fachadas (desenho de posição lateral).

Fonte: Adaptado de Referencial Curricular de Alagoas para o Ensino Fundamental, p.110-111.2019.

O Referencial Teórico Curricular de Alagoas para o Ensino Fundamental (ReCAL) é apresentado como um direcionamento para os professores dos anos

iniciais e dos anos finais.. Foi produzido com a intenção de nortear o trabalho pedagógico de forma didática, com o objetivo de garantir o direito de aprendizagem dos estudantes. Já o Referencial Teórico Curricular de Alagoas para a Educação Infantil (RCNEI), se apresenta como um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam a contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças alagoanas.

Partindo desses pontos, no presente trabalho, analisamos como o referencial teórico curricular de Alagoas para o ensino fundamental e o referencial teórico curricular de Alagoas para a Educação infantil acionam o conceito de meio ambiente no componente curricular geografia. Como serão analisados dois documentos complementares: Referencial Teórico Curricular de Alagoas para o Ensino fundamental (ReCAL) e o Referencial Teórico Curricular de Alagoas para a Educação Infantil (RCNEI), o foco do estudo está direcionado aos anos iniciais da educação básica, que começa na educação infantil e finaliza nos anos iniciais do ensino fundamental.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a elaboração do artigo científico foi a Análise Documental de caráter qualitativo, foi definida a partir do problema de pesquisa, buscando explorar da melhor maneira os objetos do estudo e suas implicações sociais, compreendendo que a Análise Documental é, “um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos (SÁ SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 5)”.

Para a análise neste artigo utilizamos O Referencial Teórico Curricular de Alagoas para a Educação infantil - (RCNEI), e O Referencial Teórico Curricular de Alagoas para o Ensino Fundamental - (ReCAL). Para melhor organização, dividimos em tópicos para cada etapa de ensino de acordo com os documentos, e especificamente no ReCAL, analisamos apenas o componente curricular geografia específico para os anos iniciais do ensino fundamental (1º ano ao 5º), de modo a tratar com mais dedicação os conceitos de meio ambiente, por meio de estudos bibliográficos (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), que se apresentam na educação

infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, pois é a etapa da aprendizagem

9

onde devem acontecer as descobertas e significações sociais, para uma consolidação nas etapas seguintes.

A análise Documental como uma metodologia de investigação científica nos permite explorar novas perspectivas que façam frente a novos anseios sociais, sendo um dos instrumentos de pesquisa com capacidade de aproximar-se das variáveis que compõem a totalidade da vida social. A problemática social da pesquisa demanda novos olhares para o meio ambiente, pois, essa temática está inserida em um campo de disputas de poder.

3. ANÁLISE DO REFERENCIAL TEÓRICO CURRICULAR DE ALAGOAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL A PARTIR DO CONCEITO DE MEIO AMBIENTE

De acordo com o documento destinado para o ensino fundamental, há três vertentes que orientam o conhecimento de geografia no documento destinado para o ensino fundamental:

- **A primeira vertente:** o pensamento espacial geográfico, pois de acordo com o documento o estudante deve pensar de forma própria.

- **A segunda vertente:** o desenvolvimento do raciocínio geográfico que contempla o espaço como foco primordial.

- **A terceira vertente:** a leitura de mundo que consiste em estimular o estudante a ler e interpretar o mundo em variadas formas de escalas, desde o âmbito local ao âmbito mundial.

Assim, ao longo do ensino fundamental, é orientado que sejam desenvolvidas essas três vertentes juntas aos estudantes, com a finalidade da geografia:

Além disso, o componente Curricular de Geografia dentro do seu objeto do Conhecimento tem por finalidade estimular o estudante a pensar, ler e observar a ação humana nos espaços, tanto nas áreas rurais como nas áreas urbanas, nos seus mais variados espaços de vivências, a partir da relação sujeito e espaço (ALAGOAS, 2019, p. 555).

Desse modo, identificamos que o documento curricular para o ensino fundamental tem uma perspectiva geográfica da relação com a observação da ação humana nos espaços. Identifica-se, pois, que essa afirmação delimita a escolha

teórica da ciência geográfica no referencial curricular analisado. Por isso, traz como um grande problema da geografia no século XXI o seguinte:

10

Um dos grandes problemas da Geografia do século XXI é estimular o estudante a sua criatividade, sua imaginação, sua curiosidade, o raciocínio do pensamento geográfico e, conseqüentemente, levá-lo a compreender que o espaço geográfico ao longo dos tempos foi sendo modificado e transformado pela ação humana, e que, acima de tudo, seja capaz de tornar esse estudante um cidadão autônomo e crítico para atuar e mediar conflitos (ALAGOAS, 2019, p. 557).

Esse problema dialoga de forma direta com temática curricular meio ambiente, visto que, em suma, a problemática que o referencial aponta é a dificuldade de fazer com que os educandos compreendam as modificações do espaço geográfico provocados pelas ações humanas e formá-los para lidar de maneira crítica e cidadã com as complexidades espaciais.

A categoria meio ambiente no componente curricular geografia no documento destinado para o ensino fundamental, aparece majoritariamente nos desdobramentos pedagógicos. Não apenas no componente curricular geografia, mas, de forma “interdisciplinar” (aparecendo no documento como exemplo de uma possível atividade em linguagem) de maneira branda, considerando a amplitude da temática ambiental.

Além disso, o termo não é amplamente discutido e conceituado de forma que objetive a sua função formativa. No ReCAL a categoria meio ambiente não é definido, mas ‘meio ambiente’ aparece como indicações nas propostas de projetos integradores, transversais e interdisciplinares através das disposições legislativas como a educação ambiental (Lei nº 9.795/1999 , Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012), e o Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010) que dispõe no Artigo nº 16 das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (2010):

Art. 16 Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo.

O documento ReCAL não apresenta a definição de meio ambiente, mas ao mesmo tempo coloca como importante temática, quando o insere para ser trabalhado em projetos pedagógicos integradores, transferindo a responsabilidade da abordagem temática.

11

4. ANÁLISE DO REFERENCIAL TEÓRICO CURRICULAR DE ALAGOAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL (RCNEI)

Analisando o documento RCNEI a procura da relação ou da apresentação do meio ambiente podemos constatar que não aparece no documento. Quando o documento destinado para a educação infantil fala sobre a dimensão conceitual dos campos de experiências para a educação infantil é possível extrair uma relação com meio ambiente,

A Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano (ALAGOAS, 2019, p. 76-77).

Na educação infantil o saber geográfico se apresenta no cotidiano e nas relações interdisciplinares das experiências escolares de forma interdisciplinar, na relação com a vivência e brincadeiras. Na educação infantil a geografia é acionada no desenvolvimento do conhecimento sobre lateralidade, direita, esquerda, frente, lado por exemplo, onde a referência ainda é a própria criança. A geografia é a ciência com potencial de provocar mudança social, visto que, seus estudos são baseados em conhecimentos espaciais que movimentaram e definiram a atual conjuntura do planeta, em questões sociais, culturais e políticas.

Um ensino de geografia que trabalhe com a localização espacial na relação com o meio ambiente nos anos iniciais da educação básica de forma crítica reflexiva e ativa provocaria mudanças na realidade e no modo como os educandos enxergam o mundo. Assim, potencializado nos anos seguintes da educação básica a compreensão do espaço geográfico de maneira integrada com a natureza e o meio ambiente. Provocando assim, uma educação nos anos iniciais de maneira mais integrada e sistêmica.

MEIO AMBIENTE NA EDUCAÇÃO EM GEOGRAFIA

Visto que os dois documentos não apresentam a definição de meio ambiente em seus textos, se faz necessário trazer essas definições neste estudo, pois, para

12

compreender a análise do documento é de fundamental importância apresentar a perspectiva de meio ambiente que esta pesquisa é baseada.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que em ordem hierárquica da organização da educação da brasileira deve basear os referenciais Teóricos nacionais, “o conceito deve-se considerar que envolva não só os elementos naturais do meio ambiente, mas também os elementos construídos e todos os aspectos sociais envolvidos na questão ambiental (BRASIL, 2000, p. 73)”. Dentro dessa visão, os seres humanos tem extraordinária capacidade de atuar sobre o meio e modificá-lo.

O PCN (2000) afirma também que a principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos críticos, aptos a decidir e a atuar na realidade socioambiental de modo comprometido com a vida, com o bem estar de cada um e da sociedade.

Outra definição significativa consta na cartilha de direitos humanos ao meio ambiente, conforme abaixo:

Podemos definir o meio ambiente como o conjunto de todo o patrimônio natural ou físico (água, ar, solo, energia, fauna, flora), artificial (edificações, equipamentos e alterações produzidas pelo homem) e cultural (costumes, leis, religião, criação artística, linguagem, conhecimentos) que possibilite o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas (Plataforma Dhesca Brasil p,10.2008).

Torna-se necessário um olhar criterioso no componente curricular geografia com práticas pedagógicas que discuta o Meio Ambiente, pois, principalmente nos anos iniciais esse componente curricular é o responsável pela formação ética e cidadã dos educandos. Nessa perspectiva, reafirma-se o pensamento de Freire (2000, p. 57) quando afirma que “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Nos anos iniciais da nossa formação escolar, somos apresentados a várias

temáticas que envolvem a geografia, pois principalmente para essa etapa da aprendizagem é indicado que as práticas pedagógicas sejam trabalhadas de formas integradoras e interdisciplinar, no entanto, isso não significa que ela deva ser trabalhada de forma simplificada ou isolada. Para Bogo (2010):

A Geografia faz parte dos currículos escolares e não raras vezes seu ensino é oferecido de maneira inadequada e superficial, distanciando estudos

13

naturais e sociais, em vez de trabalhá-los de forma integrada. É comum observar seus conteúdos sendo classificados por listas de nomes e curiosidades sem o devido aprofundamento e sem a correta observação sobre o que há por trás, ou melhor, nas entrelinhas e nos reflexos de cada conceito geográfico. Isso afasta a realidade vivida dos sujeitos que constituem o processo de ensino-aprendizagem (BOGO, 2010, p. 1).

E isso pode pôr em risco o ensino de geografia, para Callai (2003), as abordagens a serem realizadas devem ser concentradas a partir de fatos do cotidiano, a partir da leitura do mundo vivido da criança nos anos iniciais. Para que seja estabelecida a relação entre o mundo vivenciado pela criança antes de sua entrada na escola e as matérias escolares, além da mediação dos signos presentes no ambiente escolar, ela precisa ter a figura do professor como o sujeito que irá auxiliá-la.

Quando falamos no ensino de geografia e meio ambiente as questões sociais e ambientais, tomam grandes proporções, e devem ter a devida importância no tratamento e análise dessas temáticas em sala de aula, principalmente no nosso país, que ainda vivencia resquícios do período colonial de exploração. Nesse passo, partiu do pressuposto de Callai (2005), antes de ler a palavra a criança ler o mundo.

Portanto, se torna imprescindível propor que o ensino de geografia nos anos iniciais seja pautado em temáticas que forneça conhecimentos capazes de capacitar o educando para o exercício da vida e paramentá-lo para ler o mundo de fato como ele é. Dessa maneira, concordando com Libâneo (1994, p.241) sobre a escolha de práticas: “Em todas as profissões o aprimoramento profissional depende da acumulação de experiências conjugando a prática e a reflexão criteriosa sobre ela, tendo em vista uma prática constantemente transformada para melhor”.

Pois, a discussão desses conhecimentos pertinentes em face ao mundo contemporâneo faz-se necessário e não podemos ignorar a importância de deixar

que no processo de ensino e aprendizagem dos nossos educandos sejamos compassivos e reprodutores de conhecimentos anti-libertadores, que reforcem comportamentos destrutivos e antiquados.

Sobre os saberes escolares referentes ao espaço geográfico Cavalcante (2012) afirma que:

São resultados da cultura geográfica elaborada cientificamente pela humanidade e considerada relevante para a formação do aluno. Propostas mais recentes desse ensino são pautadas na necessidade de trabalhar com

14

os conteúdos escolares sistematizados de forma crítica, criativa, questionadora, buscando favorecer sua interação e seu confronto com outros saberes (CAVALCANTI, 2012, p. 45).

Termos e expressões usados no processo de letramento geográfico no ensino direto ou indiretamente de geografia é importante serem analisados, com base no exemplo de IGLÉSIAS (1992) quando fala dos termos a serem utilizados no ensino de história geográfica e cultural do Brasil ele afirma que:

“A palavra descobrimento, empregada com relação a continentes e países, é um equívoco e deve ser evitada. Só se descobre uma terra sem habitantes; se ela é ocupada por homens, não importa em que estágio cultural se encontrem, já existe e não é descoberta. Apenas se estabelece seu contato com outro povo. A expressão descobrimento implica em uma idéia imperialista, de encontro de algo não conhecido; visto por outro que proclama sua existência, incorporando-o ao seu domínio, passa a ser sua dependente (IGLÉSIAS, 1992, p. 24)”.

O que torna claro que os saberes geográficos, em prol da formação humana e cidadã no desenvolvimento de uma sociedade devem ser pautados de forma crítica e analítica. Dessa forma no tratamento das práticas do ensino de geografia e certamente de todas as áreas do conhecimento devem ser cuidadosamente pensadas planejadas, ainda sobre o ensino dos conteúdos Libâneo (1994) nos traz que:

É preciso considerar que a matéria de ensino está determinada por aspectos político-pedagógicos, lógicos e psicológicos, o que significa considerar a relação de subordinação dos métodos aos objetivos gerais e específicos. Os objetivos expressam não só a antecipação dos nossos propósitos em relação ao desenvolvimento e transformação da personalidade dos alunos face às

exigências individuais e sociais, como também a conotação pedagógica dos conteúdos (LIBÂNEO, 1994, p. 283).

Essas demandas individuais e sociais das quais sem exceção passam pelo campo político-pedagógico engloba também a demanda econômica, a sistematização dos conteúdos, as etapas e níveis de ensino, a classificação hierárquica dos conteúdos, a fragilidade de algumas modalidades de ensino e outras inúmeras variáveis que condicionam a prática pedagógica.

INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO DE GEOGRAFIA

15

Castellar e Vilhena (2011) discutem sobre o ensino de geografia nos tempos atuais e afirmam que somos bombardeados por informações a todo tempo, e esse grande volume de informação influenciam nas nossas percepções. Ademais, afirma que “Elas modificam a nossa relação com o real (Castellar, 2011, p.65).”

Diante disso, a interdisciplinaridade no ensino de geografia é uma estratégia a ser utilizada frente ao bombardeio de informações, pois carrega em sua essência conceitual a finalidade de alcançar problemas ideológicos e sociais que os saberes de forma dissociadas não alcançam.

Sobre a organização dos currículos e interdisciplinaridade na educação básica a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aponta que:

decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem (MEC, 2018, p. 16).

A interdisciplinaridade é um conceito que busca a união entre conteúdos de disciplinas distintas para permitir que o aluno elabore uma visão mais ampla a respeito de temáticas mais complexas. Ademais, não podemos ignorar o fato do ensino geográfico trazer em sua essência a interdisciplinaridade como uma de suas bases, pois existe um pouco do saber geográfico em tudo que fazemos.

Cavalcanti (2012) explica que:

Em suas atividades diárias, alunos e professores constroem geografia, pois, ao circularem, brincarem, trabalharem pela cidade e pelos bairros, eles constroem lugares, produzem espaço, delimitam seus territórios. Assim, vão formando espacialidades cotidianas em seu mundo vivido e contribuindo para

a produção de espaços geográficos mais amplos (CAVALCANTI, 2012, p. 45).

Sem dúvidas o maior investimento do modelo capitalista atual é o mundo globalizado, o acúmulo de lucros que essa ferramenta contemporânea traz para pequenas parcelas da sociedade é infinitamente incalculável e proporcional aos desastres ambientais causados a maior parte da população do planeta.

Sobre a construção da globalização, Santos afirma que:

Entre os fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontra-se a forma como a informação é oferecida a humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social (SANTOS, 2001, p. 38).

16

Conforme exposto pelo autor os sistemas de informação atual são influenciadores da perversidade, e temos que tangenciar também que a maioria das crianças e adolescentes que têm acesso a essas informações diariamente são diretamente afetadas pelas indústrias publicitárias que violam o direito à infância e adolescência por meio do consumismo.

O consumismo é o termo utilizado para caracterizar um consumo e acúmulo desnecessário de bens, logo, para gerar e produzir esses bens são necessários a utilização de matéria-prima retirada da natureza, para suprir as demandas sociais cada vez maiores de consumo. Santos (2000) complementa esse pensamento, quando escreve que:

Neste mundo globalizado, a competitividade, o consumo, a confusão dos espíritos constituem baluartes do presente estado de coisas. A competitividade comanda nossas formas de ação. O consumo comanda nossas formas de inação. E a confusão dos espíritos impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmos (SANTOS, 2001, p. 34).

As discussões sobre o consumismo exagerado, o capitalismo e o uso irresponsável dos recursos naturais é fundamental na formação das nossas crianças e jovens, a educação ambiental deve ser inserida em sala de aula de forma ativa para formar cidadãos conscientes e letrados no jogo dos poderes que rodeia as diretrizes e bases da educação ambiental, pois só com educação ambiental voltada à contemplação do ambiente não dará para o educando uma leitura exata das variáveis que estão intrínsecas no capitalismo.

O capitalismo globalizado carrega armadilhas perigosas para atuais gerações

de jovens e adolescentes, Santos (2000), quando falamos sobre o período atual do capitalismo ele deixa claro que estamos em um período de superposição entre globalização e crises revelando características positivas e negativas de ambas essas situações.

17

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O argumento desenvolvido ao longo do trabalho fundamenta-se na importância de o currículo escolar estar articulado em uma base crítica e reflexiva fundamentada no saber geográfico na relação com o meio ambiente. Identifica-se assim, a importância da construção da cidadania através da interdisciplinaridade a partir de concepções pedagógicas libertadoras frente às demandas e adversidades do mundo globalizado.

Assim, através da metodologia de cunho qualitativo, com análise documental, com o objetivo de investigar e analisar os documentos conhece-se a importância das definições e caracterizações do conceito meio ambiente, pois, esse documento é usado como base curricular para a elaboração dos Projetos Político Pedagógico das escolas e é fonte de consulta para educadores.

Diante da crise climática no século XXI, dos desastres ambientais, da superexploração ambiental, identifica-se a partir desse contexto social, político e econômico a importância do desenvolvimento de relações de ensino e aprendizagem que sejam críticas, reflexivas e libertadoras na geografia escolar.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Referencial Curricular de Alagoas (ReCAL) para o ensino fundamental. Secretaria de Estado da Educação de Alagoas, 2019.

ALAGOAS. Referencial Curricular de Alagoas (ReCAL) para a educação infantil. Secretaria de Estado da Educação de Alagoas, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 1999.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo A Ler O Mundo: A Geografia Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

CALLAI, Helena. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. 3ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

Coleção Cartilhas de Direitos Humanos. Plataforma Dhesca Brasil. Curitiba, 2008.

CASTELLAR, S. M. V.; VILHENA, J. A Linguagem e a Representação Cartográfica. In: CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensino de Geografia. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de geografia na escola. Campinas, SP: Papirus, 2012. p. 45 – 47.

GERHARDT, Tatiana Engel (Org.). SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação Ambiental no Brasil:** Formação Identidades e Desafios. Campinas: Papirus, 2011.

IGLÉSIAS, Francisco. Encontro de duas culturas: América e Europa. [s.l.:s.n.]. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. p. 153 – 155 LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. p.241 – 243

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais: Brasília: MEC/SEF. 2000.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009.